

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.406.858 - PR (2018/0314974-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - PR042761
AGRAVADO : SUELI BONATTO RENGEL
ADVOGADO : DENILSE APARECIDA FERREIRA CAMARGO - PR075881
INTERES. : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADO : DÉBORA SPEROTTO DA SILVEIRA E OUTRO(S) - PR051867

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por BANCO DO BRASIL S.A., em face de acórdão assim ementado (fls. 683/684):

APELAÇÕES CÍVEIS – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE VIDA – CERCEAMENTO DE DEFESA – NÃO EVIDENCIADO – DESNECESSIDADE DE ENCAMINHAMENTO DE OFÍCIO AO HOSPITAL – VENDA CASADA DE SEGURO E CÉDULA DE CRÉDITO RURAL – SEGURADORA NÃO EXIGIU A REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS PRÉVIOS – ASSUNÇÃO DO RISCO – ILEGITIMIDADE PASSIVA – QUESTÃO QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO – INTERESSE DE AGIR EVIDENCIADO – ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA INICIAL AFASTADA – RESPONSABILIDADE DO BANCO CARACTERIZADA – RELAÇÃO DE CONSUMO – NEGATIVA PELO GERENTE DO BANCO – PARCELA DO PRÊMIO INADIMPLIDA – CANCELAMENTO AUTOMÁTICO – IMPOSSIBILIDADE – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA CONSTITUIÇÃO EM MORA – RECUSA INJUSTIFICADA – ENVIO DE TODOS OS DOCUMENTOS INDISPENSÁVEIS - COBERTURA DEVIDA – DANO MORAL CARACTERIZADO – ESPECIFICIDADES DO CASO CONCRETO – MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO – ALTERAÇÃO, DE OFÍCIO, DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIA – HONORÁRIOS RECURSAIS – RECURSOS DESPROVIDOS.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso pelos seguintes

fundamentos: I) "Quanto à legitimidade passiva, aplica-se ao caso a Súmula 7" (fl. 895); II) "a convicção a que chegou o colegiado no tocante à comprovação do ato ilícito e do dano moral indenizável decorreu da análise das circunstâncias fáticas peculiares à causa, cujo reexame é vedado nesta via recursal, diante do óbice contido na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça" (fl. 896); e III) "A almejada redução do *quantum* indenizatório do dano moral, também, não pode ser dissociada das peculiaridades do caso concreto, cujo reexame não se mostra consentâneo com a natureza excepcional da via eleita, diante do contido na aludida Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça" (fl. 896).

O agravante não infirmou os fundamentos da decisão recorrida alegando, apenas genericamente, que não incide a Súmula 7/STJ sem, contudo, se debruçar nos fundamentos utilizados para aplicação do citado óbice.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica a todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento por ausência de cumprimento do requisito exigido no art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015.

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar o fundamento da decisão agravada, aplica-se, por analogia, o enunciado n. 182 da Súmula do STJ.

Em face do exposto, não havendo o que reformar, nos termos do art. 34, XVIII, "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nego provimento ao agravo e, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil/2015, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo, considerando-se suspensas as exigibilidades em caso de assistência judiciária gratuita.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora